



A radicalização do neoliberalismo e da barbárie capitalista no Brasil

Marcos Del Roio

Desde antes do golpe institucional que depôs a presidente Dilma Rousseff estava em pauta o aprofundamento e radicalização do projeto neoliberal absorvido pela burguesia brasileira desde fins dos anos 80 do século XX. De fato, a crise dentro de crise capitalista de 2008, para ser superada, segundo o entendimento do grande capital financeiro transnacional e também dos Estados Unidos, exigia essa radicalização, o que implicaria grande ofensiva contra os trabalhadores e contra os povos.

A ofensiva política e econômica priorizou: 1- países mais ou menos antagônicos ao imperialismo nucleado nos Estados Unidos (China, Rússia, Coreia do Norte, Irã, Líbia, Síria, Cuba, Venezuela; Bolívia; 2- países com governos de esquerda burguesa (ou social-democratas), como Argentina e Brasil. Golpes de Estado induzidos desde fora e utilização de tropas mercenárias foram as formas operacionais, fosse para levar ao governo forças alinhadas ou para destruir países. Preferiu-se intervenções *soft* em vez das invasões militares, com amplo uso da sabotagem econômica.

O Brasil, por suas dimensões territorial e econômica, aparece como país estratégico no continente sul-americano e também no agrupamento conhecido como Brics, que enfim, os Estados Unidos

conseguiram dividir. De fato, o golpe no Brasil foi exemplar no seu sucesso. Desde fins do século que passou, institutos de direita liberal ou mesmo fascistas vieram aplainando o discurso ideológico adequado ao golpe. Como a crise de 2008 foi contida (a largo custo) pelo menos até 2014, a ocasião para por em andamento o golpe, de modo paradoxal, foi a movimentação da juventude trabalhadora por mais direitos, a começar pelo transporte público, ainda em 2013. Essas manifestações foram logo infiltradas e mostraram a dificuldade das esquerdas em organizar e orientar o movimento.

Em março de 2014, tinha início a Operação Lava Jato, voltada a combater a corrupção no Paraná. As caóticas manifestações contra a Copa do Mundo de Futebol, por conta dos gastos absurdos na construção ou reforma de estádios (que passaram a ser chamados de arenas), foi outro momento confucionista para preparar o apeamento da esquerda burguesa da condução do governo. Esse ambiente, de início estava voltado para a vitória do PSDB, com Aécio Neves, nas eleições presidenciais, mas essa cartada fracassou e o PT venceu a eleição presidencial pela 4ª vez seguida. No entanto, as forças políticas da direita liberal que apoiavam o Governo, deixaram de fazê-lo e incorporaram a exigência dos grupos sociais dominantes para que a perspectiva neoliberal se radicalizasse, o que implicaria ataque aberto aos direitos dos trabalhadores e aos direitos sociais ligados a saúde e a educação, que também deveriam ser privatizados, além das empresas estatais e outros serviços públicos. Os recursos naturais deveriam ficar disponíveis a predação, o investimento em pesquisa científica e tecnológica restringida e a produção cultural constringida.

O 4º Governo do PT ainda tentou fazer concessões a essas demandas, mas fracassou completamente. Com a Operação Lava Jato a todo vapor e com manifestações massivas da pequena burguesia

convocadas pela mídia burguesa, a deposição da presidente Dilma Rousseff era questão de tempo. Quando, em fins de 2015, o PMDB decidiu respaldar o golpe que germinava forte, o resultado ficou inelutável. Isso ocorreu poucas semanas depois da eleição da direita liberal na Argentina. Com Michel Temer na presidência houve o rearranjo das forças políticas no Congresso, com a marginalização do PT e dos outros partidos da esquerda parlamentar. O embate ideológico tendia a criminalizar as esquerdas e todo o movimento popular.

Enquanto Temer conduzia o programa praticamente produzido nos Estados Unidos, o passo seguinte estava em andamento: seria o impedimento de Lula ser candidato à presidência, com o uso de pesadas e infundadas acusações de corrupção, que ao fim o levaram a prisão. Com Lula fora da disputa eleitoral, estava aberto o caminho para a escolha de um candidato que fizesse confluir toda as forças políticas e grupos sociais fascistas, conservadores e de direita liberal.

O PT e o conjunto das esquerdas reformistas ou revolucionárias estavam acuadas e impotentes. A vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, que levou consigo um número grande de deputados, senadores e governadores, que mais não são que a escoria da vida social e política do País, parece ter completado o golpe de 2016. A ordem era destruir tudo que havia no Estado brasileiro em termos de ação política de hegemonia e entregar todas as riquezas do País aos predadores nacionais ou estrangeiros. Apenas o Estado coercitivo legal / ilegal deveria se fortalecer: um Estado de exceção policial e paramilitar, com clara características do mais reacionário fascismo, mas que preserva a fachada da institucionalidade liberal, mesmo que com crescente dinâmica conflitiva. O estágio seguinte do golpe seria a instauração da ditadura cesarista, que está no horizonte do presidente e de frações

militares e civis, mas não se sabe se no horizonte do Império conduzido pelos Estados Unidos (mesmo que também esse país passe pelos mesmos sintomas de crise da institucionalidade liberal e tendência cesarista). O amparo ideológico estaria no pensamento irracional anticientífico e na religiosidade reacionária fincada no neopentecostalismo de origem estadunidense. A instigação da guerra civil entre as classes subalternas (com crime organizado e difusão de armas) seria a “política social” mais em foco.

Com cinco anos do golpe contra o governo do PT, a situação econômico social das classes trabalhadoras é de verdadeira catástrofe: perda de direitos, perda salarial, desocupação em massa, perda de condições para estudar e se qualificar, agravamento das já péssimas condições de sanidade, de moradia, de transporte, aumento da letalidade da repressão policial e judiciária contra os pobres, principalmente contra os jovens trabalhadores negros. A criminalidade se amplia por conta da corrupção das forças coercitivas do Estado e por ser uma saída imaginada para a situação de miséria. Nessa situação de prostração das classes subalternas a reformatação da classe que trabalha fica muito facilitada ao capital. A rápida inovação tecnológica submete os trabalhadores a demandas do capital que devem ser acatadas caso se queira sobreviver.

Os beneficiados dessa situação são o capital imperialista financeiro, os bancos em especial, mas as agroindustriais de produção monocultora e latifundiária, as exploradoras de minérios, que estão conectadas a amplas redes de produção globalizada. Os grandes monopólios, enfim. A explosão da pandemia do coronavírus contribuiu bastante com a sanha destrutiva de territórios e vidas humanas (mas também de outros animais), reforçando a expansão latifundiária, reforçando o poder econômico da indústria

farmacêutica e da medicina privada, sempre em prejuízo das condições de vida e trabalho das massas subalternizadas. Mudanças em andamento nas relações de trabalho se aceleraram com uso obrigatório maior de tecnologia e de trabalho domiciliar. A intensificação do trabalho se fez notar para todas as categorias e o adoecimento psicofísico também se fez pandêmico.

O desalento tomou conta das massas populares, agora também às voltas com a inflação de preços, além do desemprego, dos baixíssimos salários, do adoecimento. Certo que a resistência nunca cessou. Desde 2013 foram muitos os “coletivos” formados, de toda espécie, a luta feminina ganhou força (não tanto quanto na Argentina e Chile), a denúncia do racismo genocida contra indígenas e afro descendentes. A resistência de uma fração significativa dos intelectuais em defesa da ciência e da cultura também esteve sempre presente. Greves de trabalhadores nunca cessaram, a luta pela terra nunca cessou, e isso tudo com a disposição redobrada do aparelho coercitivo do Estado e das milícias urbanas e rurais para anular qualquer manifestação autônoma das camadas subalternas.

Acontece, porém, que a resistência tem sido esporádica, pontual e segmentada, sem capacidade de ganhar organicidade. As manifestações de rua arregimentadas em torno da exigência do impedimento do Presidente da República não ganharam a massividade que se poderia esperar e, por diversos motivos -- entre os quais a dificuldade de acesso dos moradores das periferias -- ficaram restritas a parcela indignada da pequena burguesia democrática. Com isso, as possíveis medidas legais para impedir o Presidente são facilmente anuladas no cipoal das instituições do Estado. De resto, mesmo que Bolsonaro não conte com completo respaldo da burguesia, não consta que se deseje majoritariamente que

se proceda a substituição do presidente, com o consequente impedimento também de que dispute o mandato seguinte.

Bolsonaro e o grupo de militares e religiosos que o erigiram sempre pensaram em completar o golpe de 2016 ainda num terceiro estágio, que seria a ditadura cesarista. Esse pode ser ainda um caminho para a burguesia caso se sinta ameaçada (por quem?). Mas por ora a reprodução da dominação burguesa aponta para a manutenção da institucionalidade com redução dos espaços democráticos e reforço do caráter oligárquico do domínio de classe. A distribuição de verbas aos partidos e a exigência de quantidade mínima de votos são claro indicio do objetivo de se anular de vez a oposição democrática anticapitalista.

No campo institucional a disputa está aberta entre a direita autoritária de verniz fascistizante, que está à procura de um partido; uma direita liberal que ainda respalda Bolsonaro, mas não quer a sua recondução, conta com muitos partidos, mas está ainda a procura de um candidato, que dificilmente será encontrado antes do processo eleitoral estar já avançado. A esquerda burguesa (burguesa por ser uma variante de governo para a burguesia) tem seu núcleo sólido no PT, mais em particular no nome de Lula, que tem forte poder de atração à esquerda e à direita. À esquerda já conta com o PCdoB, mas pode ainda atrair parte do PSOL; à direita, chefes oligárquicos regionais. O PDT tem a candidatura definida de Ciro Gomes, que tenta ampliar à direita em disputa pelo espaço ocupado pelo PT. A cereja do bolo é o PSB, que ganhou força e pode tomar qualquer posição, desde candidato próprio (improvável), apoiar o PT ou o PDT. O mais provável é que deixe que cada estado decida a quem apoiar.

Dentro desse campo não haverá qualquer solução para o gravíssimo quadro de regressão civilizacional no qual o Brasil se encontra. As políticas recicladas de hegemonia burguesa (as tais políticas públicas) serão inviáveis num quadro de estagnação econômica e de agravamento de crise fiscal, a menos que se ataque os interesses do capital, algo muito difícil de ser realizado com a previsão da esquerda minoritária no Congresso Nacional e a legalidade do Estado burguês. Mudanças e reformas efetivas só podem ocorrer com pressão de amplas massas mobilizadas e nesse caso seria de se imaginar algum tipo de cesarismo progressivo. De qualquer modo, o Brasil encontra-se numa situação em que as instituições da democracia oligárquica se enfraquecem, pois a sua manutenção revela apenas um equilíbrio instável, que apontam para alguma forma de cesarismo.

Nessa situação de desastre histórico, de crise orgânica do capital imperialista, de agudização da barbárie é ilusório supor uma saída que não implique a revolução socialista, que deve ser defendida e proposta desde agora. Mas a situação atual de organização e consciência socialista da massa trabalhadora é mínima, mesmo nas condições de miséria material e espiritual em que se encontra: uma prova de que carência pode resultar em revolta, mas não em consciência organizada. A consciência coletivamente organizada é indissociável da autonomia e da autoeducação, do conhecimento da realidade em movimento, conhecimento adquirido da teoria e da ação transformadora. O ponto de partida só pode ser aquilo que os grupos sociais subalternos já foram capazes de produzir por sua própria experiência de vida e de luta.

Aglutinar a consciência crítica socialista e as forças dispersas que refutam a (des) ordem burguesa numa frente de luta que tenda a

unificação das classes subalternas é tarefa imediata. Essa frente única deve agrupar associações, coletivos, institutos, sindicatos, conselhos, movimentos e partidos, elementos que possam constituir uma sociedade civil fundada no trabalho e antagônica ao capital e seu Estado / sociedade civil. Organização e educação não podem ser dissociadas, assim como política e cultura tendem a se identificar. Muitas questões permanecem em aberto no endereçamento de uma mutação cultural e de uma progressão intelectual massiva. Ideologias particularistas presentes na luta antirracista e antissexista e mesmo no feminismo, tendem a perder a perspectiva da totalidade e da centralidade da questão do trabalho como fundamento da vida social humana.

Claro que a luta dentro do Estado / sociedade civil burguês deva ser travado a fim de denunciá-lo, de desarticula-lo. A atuação e defesa do serviço público é essencial, mas também a participação nas eleições para representantes nos parlamentos. Nesse aspecto também a efetivação de uma frente única da esquerda socialista, de partidos anticapitalistas aparece como muito importante para o trabalho de organização / educação da classe. Na situação atual essa frente poderia agrupar PSOL, PCB, UP, PSTU, Rede, mesmo que as dificuldades sejam muitas. O eixo principal deveria ser o PSOL, mas mais da metade desse partido tende a cair na zona de gravidade do PT. Existe ainda a possibilidade de reversão dessa postura indicada pelo congresso de setembro de 2021, mas partido está fortemente guiado por interesse eleitorais. Como é um partido de correntes, segmentado e com concepções movimentistas e identitárias, o partido pode vir mesmo a sofrer cisões, com eventual saída de agrupamentos marxistas.

Os outros partidos, os quais se identificam com alguma variante do marxismo, tem diferenças, algumas sérias, sobre o cenário internacional, sobre a questão sindical e outras, mas isso não deve impedir que componham essa frente única. No entanto, essencial para cada partido e para a frente única é a definição de um programa que faça a ligação entre as demandas mais imediatas das massas trabalhadoras com a perspectiva da revolução socialista. A luta em defesa do SUS indica a necessidade de uma saúde pública de qualidade para a conjunto da população, a luta pela educação pública significa alimentar a esperança para a juventude, a luta pela terra significa a produção de alimentos saudáveis para todos e assim por diante.

Certo que o programa de revolução socialista inclui tornar a terra, a grande indústria, o sistema bancário e comércio exterior propriedade pública gerida pelos trabalhadores, mas sem esquecer que a transição socialista é também uma transição ecológica e cultural para todo o sistema produtivo. A abolição de agrotóxicos e sementes transgênicas, de desertos verdes (o eucalipto), produção de energia sem uso de carvão, gás ou petróleo, conversão da indústria para produção de bens de uso duráveis, são alguns elementos que se colocam para discussão. A superação do racismo e do sexismo devem ser vistos como elementos constitutivos dessa batalha, não como igualdade de condições dentro da ordem burguesa. Esse é um caminho longo e tortuoso, que demanda muito esforço, muita dedicação, debate e estudo, mas é o único possível para a construção de uma nova hegemonia emperna no trabalho emancipado da escravidão imposta pelo capital.

Marcos Del Roio

Prof. de Ciências Políticas, UNESP- *campus* Marília